

# As sugestões da Comissão de Defesa do Consumidor

Reajustar os aluguéis de até dois anos pela equivalência salarial, isentar os proprietários do pagamento do Imposto de Renda sobre o aluguel recebido e conceder aos inquilinos o direito de deduzir, do IR, todo o aluguel pago. Foram estas as principais conclusões a que a Comissão de Defesa do Consumidor chegou ontem depois de um painel realizado na Câmara Municipal, que teve a participação da OAB-SP, Procon, Movimento dos Inquilinos Intranquilos, Associação dos Locadores do Estado e outras 25 entidades.

Segundo o presidente da Comissão, vereador Marcos Mendonça, as conclusões serão enviadas, na forma de documento, ao governo federal ainda nesta quinta-feira, para que no início da próxima semana já se tenha "uma solução para o problema".

"É essencial que o governo federal baixe um decreto imediatamente — disse Mendonça. — E, se essa situação continuar indefinida por mais algum tempo, não sei o



Mendonça (à direita): incentivo à construção civil.

que pode acontecer no País. Estamos à beira de um verdadeiro caos social, se é que já não o estamos vivendo."

Durante o painel, o vereador, junto com o presidente da OAB, Antônio Cláudio Mariz de Oliveira, propôs a criação de conselhos municipais que pudessem atualizar o valor dos imóveis alugados há muito tempo e que estariam "realmente fora da realidade econômica". Com isso, Mendonça pretende "criar um interesse no investimento em imóveis para aluguel". No

seu entender, "mesmo não sendo possível criar um tabelamento a nível nacional, os conselhos municipais poderiam avaliar os imóveis de acordo com as características de cada região".

Marcos Mendonça pretende ainda, em conjunto com a OAB, criar um órgão de assistência jurídica para estudar os casos em que os locatários já estivessem sofrendo a aplicação das leis em vigor. Para tanto, prometeu discutir com outras entidades que já tenham essa assistência e apresentar à OAB

um plano "em grandes proporções" para os mais de 80 mil inquilinos que vão, segundo o próprio vereador, receber os officios com as ações de despejo nos próximos dias.

O anteprojeto apresentado no início do ano pelo procurador-geral da República, Saulo Ramos, foi duramente criticado pelos representantes das entidades que participaram do painel na Câmara. Marcos Mendonça chegou a ironizar um dos itens: "Uma das cláusulas do projeto diz que se o locador tiver outras fontes de renda terá de alugar por um preço bem abaixo do mercado. Ora, se eu for alugar um imóvel, vou querer saber antes se o dono tem dinheiro. Ai só vou querer alugar do Antônio Ermírio e não do Zé da Esquina".

Leis não resolvem os problemas de locação, disse o vereador, sugerindo: "É necessário que seja feito, com urgência, um pacto pela habitação neste país, dando incentivo real à construção civil".

**Hélio Perazzo**